

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.746 - MG (2019/0297838-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : RICARDO DE FREITAS XAVIER (PRESO)
ADVOGADOS : FABRÍCIO GOMES FERREIRA DE PAULA - MG098918
ERIC SABIONI DE PAULA - MG089948
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Ricardo de Freitas Xavier** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.19.098049-0/000, sintetizado nos termos desta ementa (fl. 1.191):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. ORDEM DENEGADA.

- O prazo legal para a conclusão do processo de réu preso não pode ser resultado exclusivo da simples somatória dos lapsos para a realização de todos os atos previstos na lei, mas deve se adequar à complexidade da causa.

- No âmbito dos Tribunais de Justiça e Instâncias Superiores, pacificou-se o entendimento de que inexiste um prazo fatal para que haja a conclusão da instrução criminal, dada às peculiaridades de caso a caso, donde os prazos fixados em lei, por questão lógica, impendem flexibilização.

- Ordem denegada.

Aqui, alega-se que o tempo de constrição da liberdade do recorrente (ocorrida em 14/3/2019) *ofende o princípio da razoabilidade, já que encontra-se preso sequer com audiência marcada, pelo contrário, o processo encontra-se sem a devida análise das defesas preliminares, com data *sini die* para designação de audiência* (fl. 1.209 - Processo n. 0016807-37.2019.8.13.0699, da 1ª Vara Criminal da comarca de Ubá/MG).

Aduz-se que o Juízo de primeiro grau não indicou nenhuma complexidade que justificasse a extrapolação do prazo para formação da culpa, tampouco imputou eventual demora às defesas. Apesar disso, o Tribunal de origem teria acrescido fundamentos no acórdão combatido a fim de justificar a delonga na tramitação do processo.

Postula-se, inclusive em liminar, o relaxamento da prisão preventiva.

Superior Tribunal de Justiça

Sem contrarrazões e despacho de admissibilidade.

É o relatório.

O alegado constrangimento não se apresenta com a nitidez imprimida na inicial, à vista desta conclusão da Corte estadual (fls. 1.194/1.195):

[...] diante dos documentos juntados nos autos, em especial a denúncia de Ordem 08 a 19, resta evidente a complexidade dos fatos investigados, **tendo em vista a suposta ocorrência de crimes graves, quais sejam, tráfico de drogas, bem como organização criminosa, envolvendo 19 réus**, o que de fato, torna o feito mais complexo, de modo que sua análise demanda minuciosa apuração dos fatos, bem como da necessidade de realização de várias diligências para a instrução do feito.

[...]

Além disso, conforme consta da movimentação processual na origem, há audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/11/2019.

De qualquer forma, o pedido liminar esgota o mérito do *writ*. Por prudência, necessário sejam prestadas informações pelas instâncias de origem e ouvido o Ministério Público Federal antes de realmente decidir a questão.

Indefiro a liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau.

Depois de prestadas, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator